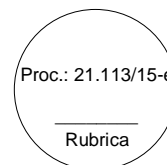




## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



**Processo nº:** 21.113/15-e

**Jurisdicionada:** Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP

**Assunto:** Licitação

**Órgão Técnico:** Secretaria de Acompanhamento - SEACOMP

**Valor Estimado:** R\$ 14.509.515,90

**Data de Abertura:** 24.8.2014 às 09:00h.

**Publicação:** Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)

**Ementa:** Análise do edital da Concorrência nº 03/15-ASCAL/PRES/NOVACAP, elaborado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, visando à contratação de empresas de engenharia para a construção de 04 (quatro) obras de artes especiais - tipo viaduto - em Águas Claras/DF. O Corpo Técnico opina pelo conhecimento do instrumento convocatório e pela determinação à jurisdicionada para saneamento de irregularidades, ou, em caso de não atendimento, pela suspensão do certame até ulterior deliberação da Corte. VOTO de acordo com o Corpo Técnico.

### RELATÓRIO

Cuidam os autos da análise do edital da Concorrência nº 03/15-ASCAL/PRES/NOVACAP, lançado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, tendo por objeto a contratação de empresas de engenharia para construção de 04 (quatro) obras de artes especiais – tipo viaduto.

2. O objeto da contratação foi parcelado em 04 (quatro) lotes, um para cada viaduto. As construções serão realizadas sobre a linha do metrô nas ruas 37 Norte (lote 01), Alecrim (lote 02), Manacá (lote 03) e 36 Norte (lote 04), todas em Águas Claras/DF. O regime de execução será o de empreitada por preço unitário.

3. O tipo de licitação é o de **menor preço por lote**. O valor estimado para os 04 (quatro) lotes que compõem o objeto é de R\$



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 21.113/15-e

Rubrica

14.509.515,90 (quatorze milhões, quinhentos e nove mil, quinhentos e quinze reais e dezenove centavos), conforme tabela abaixo:

LOTE	Descrição	Valor Estimado (R\$)
1	Construção do Viaduto da Rua 37 Norte	3.731.945,36
2	Construção do Viaduto da Rua Alecrim	3.662.788,92
3	Construção do Viaduto da Rua Manacá	3.420.737,41
4	Construção do Viaduto da Rua 36 Norte	3.734.044,21
TOTAL		R\$ 14.509.515,90

4. O prazo previsto para a execução e conclusão das obras é de 150 (cento e cinquenta) dias, e o prazo de vigência dos contratos é de 240 (duzentos e quarenta) dias, conforme itens 16.1 e 16.3 do Edital, e-DOC nº 12227CE0-e.

5. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 209/2015 (e-DOC nº 244BA9F3-e), analisou o edital em comento e teceu as seguintes considerações:

*“6. Trata-se da contratação de empresas especializadas para a implantação de viadutos rodoviários Classe 45 (Veículo-tipo: 45 toneladas), para interligação de vias internas de Águas Claras, sobre a linha do Metrô-DF, conforme os preceitos da NBR 7188 (Carga móvel em ponte rodoviária e passarela de pedestre). As obras serão edificadas acima dos trilhos de Metrô-DF em operação, não podendo interferir com a circulação dos trens durante seu desenvolvimento. O vão a ser vencido e o peso dos elementos pré-moldados que serão lançados por guindastes postos a margem da via impõem a opção pela estrutura mista de aço/concreto. As dimensões de travessia foram desenvolvidas em concordância com o gabarito dinâmico do veículo metroviário.*

*7. Por se tratar de uma estrutura metálica sobre linha metroviária elétrica, deverá ser providenciada proteção contra corrente de fuga, interligada ao aterramento do Metrô. Essa medida prevenirá a corrosão precoce dos elementos metálicos dessa obra de arte especial.*

*8. Os projetos licitados acompanham as características de dois viadutos já implantados em Águas Claras nas ruas Pintagreira e Ipê-Amarelo. Em vista do tráfego e acessos previstos optou-se por 01 (uma) faixa de tráfego em mão dupla (8,00 m de largura), sem canteiro central, com 02 (duas) passagens laterais para*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 21.113/15-e

Rubrica

*pedestres (1,60 m de largura) guarnecidas de guarda rodas no lado da pista de rolamento e guarda corpos (2,40 m de altura) nas bordas do viaduto.*



Fig. 1 – Rua Pintangureira.



Fig. 2 – Rua Ipê-Amarelo.

*9. As planilhas estimativas foram desenvolvidas a partir das cotações da base SINAPI, SICRO e com composições elaboradas pela NOVACAP.*

### **Do parecer jurídico**

*10. No que diz respeito à inserção do parecer jurídico, constou nos autos o Parecer ASJUR/PRES nº 161/2015 (fls. 224/227 do edoc 76B970D5-c), elaborado na Assessoria Jurídica da NOVACAP. A conclusão externada no Relatório foi no sentido do prosseguimento da licitação por não vislumbrar óbices jurídico-legais na minuta do edital de Concorrência nº 003/2015-ASCAL/PRES.*

### **Da qualificação técnica profissional**

*11. Para a demonstração de acervo pelo responsável técnico, alínea “b.1”, do subitem 6.1.4 do edital (edoc: 12227CE0-e), o termo editalício trouxe a exigência de quantitativos mínimos de áreas de obras de arte especial (ponte ou viadutos): 195 m² para os lotes 01, 02, 04 e 180 m², lote 03. As mesmas grandezas são empregadas para habilitação técnico-operacional, confirmando o caráter quantitativo da dimensão exigida.*

*12. Dessa forma, a jurisdicionada deverá excluir a exigência de quantitativos para habilitação técnica profissional.*

### **Da qualificação técnica operacional**

*13. Inicialmente a alínea “b.2 – da empresa”, do item 6.1.4 do edital (edoc: 12227CE0-e), observa os quantitativos mínimos dentro do limite de 50%. Contudo, com relação à demonstração da capacidade técnico-operacional, verificamos, na regra disposta, a indevida exigência de atestado que contemple o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do acervo exigido, restringindo a possibilidade de soma de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos. Com relação à referida vedação, o Tribunal já se manifestou, na Decisão 4.281/2013,*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 21.113/15-e

Rubrica

que:

“b) somente restrinja a possibilidade de somatório de atestados para a comprovação de capacidade técnico-operacional nos casos em que o aumento de quantitativos do serviço acarretarem, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade da contratação da obra ou serviços.”

14. Quando questionado por licitante sobre a possibilidade de apresentar atestados que somados alcançassem a soma do quantitativos mínimos em cada um dos lotes, o jurisdicionado reiterou que, mesmos nesses casos, deverá ser apresentado atestado que alcance 50% do somatório de mínimos exigidos em cada lote (edoc: 717FD923-e)

15. Nesse sentido, o regramento disposto no edital deve ser adequado, passando a admitir o somatório de atestados para comprovação dos quantitativos mínimos exigidos, excluindo a exigência de atestado único com 50% da metade do lote.

**Do Orçamento Estimativo**

16. Para a verificação do orçamento estimativo, revisamos as curvas ABC para os quatro lotes. Nossa avaliação permitiu selecionar os itens que representam até 80% dos custos previstos em cada lote.

<b>Lote 1 - Rua 37</b>					
<b>Código</b>	<b>Descrição dos serviços</b>	<b>Preço unit.</b>	<b>Preço Item</b>	<b>%</b>	<b>% ACUM.</b>
4287	FORNECIMENTO E FABRICAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO SAC 350 PARA VIADUTOS.	11,37	R\$ 1.255.957,49	41,52%	41,52%
4288	MONTAGEM EM ESTRUTURA DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS, COM AÇO SAC 350 PARA VIADUTOS.	6,29	R\$ 694.808,50	22,97%	64,49%
74254/002	ARMAÇÃO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/ CORTE (PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	7,34	R\$ 197.150,34	6,52%	71,00%
4290	MONTAGEM E FORNECIMENTO DE FORMA AUTOPORTANTE TIPO STEEL-DECK.	228,43	R\$ 90.293,81	2,98%	73,99%
74138/004	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=30MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	331,14	R\$ 79.437,17	2,63%	76,61%
84221	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO (PILAR, VIGA E LAJE) EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, DE 1,10 X 2,20, ESPESURA = 18 MM, 02 UTILIZAÇÕES. (FABRICAÇÃO, MONTAGEM E DESMONTAGEM - EXCLUSIVE ESCORAMENTO	64,91	R\$ 72.895,23	2,41%	79,02%
74254/001	ARMAÇÃO ACO CA-50, DIAM. 16,0 (5/8) À 25,0MM(1) - FORNECIMENTO/ CORTE (PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	6,04	R\$ 49.843,29	1,65%	80,67%
<b>Lote 2 - Rua Alecrim</b>					
<b>Código</b>	<b>Descrição dos serviços</b>	<b>Preço unit.</b>	<b>Preço Item</b>	<b>%</b>	<b>% ACUM.</b>
4287	FORNECIMENTO E FABRICAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO SAC 350 PARA VIADUTOS.	11,37	R\$ 1.256.018,89	42,78%	42,78%
4288	MONTAGEM EM ESTRUTURA DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS, COM AÇO SAC 350 PARA VIADUTOS.	6,29	R\$ 694.842,46	23,67%	66,44%
74254/002	ARMAÇÃO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/ CORTE (PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	7,34	R\$ 177.039,48	6,03%	72,47%



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 21.113/15-e

Rubrica

4290	MONTAGEM E FORNECIMENTO DE FORMA AUTOPORTANTE TIPO STEEL-DECK.	228,43	R\$ 90.293,81	3,08%	75,55%
74138/004	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=30MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	331,14	R\$ 70.718,26	2,41%	77,96%
<b>Lote 03 - Rua Manacá</b>					
Código	Descrição dos serviços	Preço unit.	Preço Item	%	% ACUM.
4287	FORNECIMENTO E FABRICAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO SAC 350 PARA VIADUTOS.	11,37	R\$ 1.181.661,36	42,62%	42,62%
4288	MONTAGEM EM ESTRUTURA DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS, COM AÇO SAC 350 PARA VIADUTOS.	6,29	R\$ 653.707,12	23,58%	66,20%
74254/002	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/ CORTE (PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	7,34	R\$ 157.122,98	5,67%	71,87%
4290	MONTAGEM E FORNECIMENTO DE FORMA AUTOPORTANTE TIPO STEEL-DECK.	228,43	R\$ 84.050,82	3,03%	74,90%
74138/004	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=30MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	331,14	R\$ 62.893,42	2,27%	77,17%
84221	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO (PILAR, VIGA E LAJE) EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, DE 1,10 X 2,20, ESPESSURA = 18 MM, 02 UTILIZACOES. (FABRICACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM - EXCLUSIVE ESCORAMENTO VIGA E LAJE) EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, DE 1,10 X 2,20, ESPESSURA = 18 MM, 02 UTILIZACOES. (FABRICACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM - EXCLUSIVE ESCORAMENTO	64,91	R\$ 59.406,93	2,14%	79,31%
<b>Lote 04 - Rua 36 norte</b>					
Código	Descrição dos serviços	Preço unit.	Preço Item	%	% ACUM.
4287	FORNECIMENTO E FABRICAÇÃO DE ESTRUTURA METÁLICA EM AÇO SAC 350 PARA VIADUTOS.	11,37	R\$ 1.242.650,04	41,06%	41,06%
4288	MONTAGEM EM ESTRUTURA DE OBRAS DE ARTES ESPECIAIS, COM AÇO SAC 350 PARA VIADUTOS.	6,29	R\$ 687.446,68	22,71%	63,77%
74254/002	ARMACAO ACO CA-50, DIAM. 6,3 (1/4) À 12,5MM(1/2) FORNECIMENTO/ CORTE (PERDA DE 10%) / DOBRA / COLOCAÇÃO.	7,34	R\$ 195.891,39	6,47%	70,24%
4290	MONTAGEM E FORNECIMENTO DE FORMA AUTOPORTANTE TIPO STEEL-DECK.	228,43	R\$ 89.179,07	2,95%	73,19%
74138/004	CONCRETO USINADO BOMBEADO FCK=30MPA, INCLUSIVE LANÇAMENTO E ADENSAMENTO	331,14	R\$ 78.950,40	2,61%	75,80%
84221	FORMA PARA ESTRUTURAS DE CONCRETO (PILAR, VIGA E LAJE) EM CHAPA DE MADEIRA COMPENSADA PLASTIFICADA, DE 1,10 X 2,20, ESPESSURA = 18 MM, 02 UTILIZACOES. (FABRICACAO, MONTAGEM E DESMONTAGEM - EXCLUSIVE ESCORAMENTO	64,91	R\$ 72.521,35	2,40%	78,19%
3 S 09 002 06	TRANSPORTE LOCAL C/ BASC. 10M3 EM RODOV. PAV.	0,63	R\$ 54.556,82	1,80%	79,99%

17. Em análise dos dados contidos na planilha acima, confirmamos que os valores unitários dos itens tomaram como referência os preços referenciais do SICRO, SINAPI e NOVACAP. Além disso, foi adotado, para a composição dos custos estimativos, a desoneração dos encargos sociais previstos pela Lei nº 12.844/13 c/c a Lei nº 12.546/11, art. 7º.

18. O percentual BDI aplicado para serviço foi de 23,44%. A fórmula de cálculo do BDI segue o estabelecido no Acórdão nº 2.369/2011-TCU- Plenário. Também foi observada a adoção de BDI diferenciado para materiais betuminosos no percentual de 15%.

19. Desse modo, entendemos que planilha estimativa apresentada pela NOVACAP é satisfatória para a continuidade do certame.

#### Da dotação orçamentária

20. O edital, em seu subitem 12.16 do edital, informa que as





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 21.113/15-e

Rubrica

*despesas decorrentes desta licitação correrão à conta do Programa de Trabalho: 15.782.6216.5902.7778 – “Construção de viaduto - Distrito Federal” - Natureza da Despesa: 44.90.51 - Fonte: 100. A Diretoria Financeira da NOVACAP informa a disponibilidade do valor de R\$ 5.769.870,59 (cinco milhões, setecentos e sessenta e nove mil, oitocentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos) suficientes para 02 (dois) meses dos cronogramas físicos-financeiros. Os recursos remanescentes ainda não foram inseridos no PPA para o Quadriênio 2016/2019 e na proposta de lei orçamentária para o exercício de 2016 (fls. 23/27 do edoc 76B970D5-c).*

*21. Os recursos apresentados se apresentam suficientes para os compromissos a serem assumidos nos exercícios de 2015, restando a necessária inclusão da previsão dos recursos remanescentes no PPA e Projeto de Lei Orçamentária de 2016.*

### **CONCLUSÃO**

*22. Da análise do procedimento licitatório, observamos impropriedades que podem comprometer a competitividade do certame, especialmente nos requisitos de qualificação técnica dos licitantes.*

*23. Diante disso, com base no art. 113, § 2º da Lei nº 8.666/93, iremos sugerir que a NOVACAP promova as medidas corretivas ao edital.*

*24. Contudo, alternativamente, caso o jurisdicionado opte por manter as condições originais do edital, iremos propor a suspensão do certame, com base no art. 198 do RITCDF, até ulterior deliberação desta Corte.”*

6. Concluindo, a Unidade Técnica sugere ao Tribunal que:

*“I – tome conhecimento do edital de Concorrência nº 03/2015 – ASCAL/PRES, do Ofício nº 1.459/2015 – GAB/PRES;*

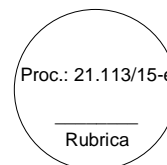
*II – determine à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP que, com base no art. 113, § 2º da Lei nº 8.666/93, promova as seguintes correções ao edital da Concorrência nº 03/2015 – ASCAL/PRES, relativo às impropriedades a seguir identificadas, encaminhando cópia das medidas adotadas em relação aos seguintes pontos:*

*a) exclua a exigência de quantitativos mínimos de área de tabuleiro nos serviços “Obra de Arte Especial (ponte ou viaduto), em estrutura mista concreto armado/metálica”, relativo aos requisitos para comprovação da qualificação técnico-profissional, subitem 6.1.4, alínea “b.1”, do edital;*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



*b) exclua a obrigação de atestado único com mínimo de 50% (cinquenta por cento) do acervo exigido, relativo aos requisitos para comprovação da qualificação técnico-operacional, subitem 6.1.4, alínea “b.2”, do edital;*

*c) faça constar do PPA Quadriênio 2016/2019 e do Projeto de Lei do Orçamento de 2016 previsão de recursos remanescentes para conclusão dessas obras;*

*d) alternativamente, caso o jurisdicionado opte por manter os termos originais do edital, abstendo-se de promover as medidas acima determinadas, com base no art. 198 do RITCDF, suspenda o certame, até ulterior deliberação desta Corte, encaminhando justificativas ao Tribunal no prazo de 10 (dez) dias;*

#### *IV – autorize:*

*a) o envio de cópia do Relatório/Voto condutor da decisão que vier a ser proferida e da presente instrução à jurisdicionada;*

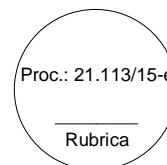
*b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.”*

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



### VOTO

7. Os presentes autos deram entrada em meu gabinete às 14h15min do dia 19.8.2015 (quarta-feira).

8. Trata-se da análise do edital de Concorrência nº 03/15-ASCAL/PRES/NOVACAP, elaborado pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil - NOVACAP, tendo por objeto a contratação de empresas de engenharia para construção de 04 (quatro) obras de artes especiais – tipo viaduto – sobre a linha do metrô em Águas Claras/DF.

9. O objeto da contratação foi parcelado em 04 (quatro) lotes e encontra-se discriminado na tabela abaixo:

Lote	Descrição	Valor estimado (R\$)
1	Construção do Viaduto da Rua 37 Norte	3.731.945,36
2	Construção do Viaduto da Rua Alecrim	3.662.788,92
3	Construção do Viaduto da Rua Manacá	3.420.737,41
4	Construção do Viaduto da Rua 36 Norte	3.734.044,21
<b>Total</b>		<b>R\$ 14.509.515,90</b>

10. De acordo com o Corpo Técnico, o objeto da licitação foi adequadamente parcelado - com a devida observância da viabilidade técnica e econômica – e o orçamento estimativo encontra-se em conformidade, de acordo com os preços referenciais do SICRO, SINAPI e da própria NOVACAP.

11. Entretanto, a Instrução aponta três inconsistências no edital, que, por violarem o caráter competitivo do certame e contrariarem normas orçamentárias, merecem a atenção desta Corte, a saber:

i) exigência de quantitativos mínimos de área de tabuleiro nos serviços “*Obras de Arte Especial (ponte ou viaduto), em estrutura mista concreto armado/metálica*”, relativo aos requisitos para a comprovação da qualificação técnico-profissional, subitem 6.1.4, alínea “b.1”, do edital;

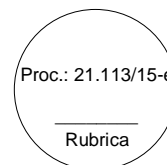
ii) obrigação de apresentar atestado único com mínimo de 50% (cinquenta por cento) do acervo exigido, relativo aos requisitos para comprovação da qualificação técnico-





TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



operacional, subitem 6.1.4 “b.2”, do edital;

iii) ausência de previsão de recursos remanescentes para a conclusão das obras no Plano Plurianual (PPA) do quadriênio 2016/2019 e no Projeto de Lei Orçamentária de 2016;

12. Sobre o primeiro ponto (i), a capacidade técnico-profissional refere-se à qualificação dos profissionais que integram os quadros das sociedades empresariais que executarão o objeto licitado. Esta exigência pressupõe medida acautelatória adotada pela Administração com vistas à garantia mínima de que os contratantes cumprirão suas obrigações a contento.

13. Contudo, a Lei de Licitações veda, **expressamente**<sup>1</sup>, a imposição de quantitativos mínimos para a comprovação da capacidade técnico-profissional. Além da vedação, a norma impõe que as exigências a serem feitas na fase de habilitação dos licitantes devem ser compatíveis com a complexidade do objeto licitado, ou seja, não pode ser desarrazoada a ponto de cercear a participação de possíveis interessados.

14. A matéria já foi objeto de discussão nesta Corte. A Decisão Normativa nº 02/2003 regulamentou a exigência de atestados comprobatórios de capacidade técnica:

*“a) no que diz respeito à capacitação técnica prevista no art. 30 da Lei nº 8.666/93, a exigência de:*

***a.1) quantidades mínimas para a capacidade técnico-profissional não é compatível com os termos do art. 30, I, da Lei nº 8.666/93;***

*a.2) quantidades mínimas para comprovar conhecimentos, habilidades ou aptidões para a realização dos trabalhos também não é compatível com os termos do art. 30, I, da Lei nº 8.666/93, pois tais atributos são objeto da capacidade técnico-profissional;*

*a.3) comprovação da capacidade técnico-operacional da empresa é possível e, em casos excepcionais, é admissível a exigência de*

---

<sup>1</sup> Art. 30, § 1º, inc. I, da Lei nº 8.666/93: “a capacitação técnico-profissional envolve a “comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, **vedadas as exigências de quantidades mínimas** ou prazos máximos”.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5

Proc.: 21.113/15-e

Rubrica

*quantidades mínimas para comprovar essa capacidade técnico-operacional, nos termos do art. 30, II, da Lei nº 8.666/93;*

*a.4) quantidade mínima de atestados para comprovar fato único, bem como a exigência de comprovação de capacidades independentes em um único documento não é admissível à luz dos princípios norteadores da licitação pública, conforme estabelecido no art. 3º, caput, e § 1º, I, da Lei nº 8.666/93;" (grifei)*

15. Assim, é dever da Administração demonstrar - de forma inequívoca, expressa e pública - que a exigência foi fixada segundo razões técnicas, encontra-se em sintonia com as normas de regência e que não frustra o caráter competitivo do certame, o que não ocorreu no caso em apreço.

16. Em relação à segunda inconsistência (ii), a capacidade técnico-operacional refere-se à capacidade operativa da empresa licitante para executar o objeto.

17. Em que pese ser possível a exigência de atestados que comprovem a capacidade técnica da empresa licitante e dos profissionais que serão responsáveis pela obra, tal exigência também deve ser razoável, limitando-se às parcelas de maior relevância e materialidade do objeto da licitação, sob pena de se impor **restrições descabidas à competitividade** do certame. No caso em tela, houve a exigência de atestado que contemple o quantitativo mínimo de 50% (cinquenta por cento) do acervo exigido, com a **indevida restrição à possibilidade de soma de atestados** para comprovação destes quantitativos mínimos.

18. Essa restrição vai de encontro à jurisprudência pacífica deste Tribunal, a exemplo das Decisões nº 4.281/13-CPT<sup>2</sup> e 2745/14-CPM<sup>3</sup>. Para a Corte, a restrição à possibilidade de somatório de atestados na comprovação de capacidade técnico-operacional somente se justifica **nos casos em que o aumento de quantitativos do serviço acarretarem, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução**, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de

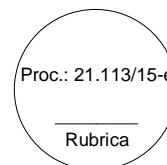
<sup>2</sup> Decisão nº 4.281/13-CPT: [...] b) somente restrinja a possibilidade de somatório de atestados para a comprovação de capacidade técnico-operacional nos casos em que o aumento de quantitativos do serviço acarretarem, incontestavelmente, o aumento da complexidade técnica do objeto ou uma desproporção entre as quantidades e prazos para a sua execução, capazes de ensejar maior capacidade operativa e gerencial da licitante e de potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade da contratação da obra ou serviços;"

<sup>3</sup> "Decisão nº 2745/14-CPM: [...] c) admita expressamente a soma de quantidades dos respectivos serviços em diferentes atestados de capacidade técnica-operacional para alcançar as quantidades mínimas exigidas;"



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



potencial comprometimento da qualidade ou da finalidade da contratação da obra ou serviços.

19. Assim, a construção de um viaduto nos moldes que se propõe (com utilização de pré-moldados<sup>4</sup>) não se enquadra nas situações excepcionadas pela jurisprudência desta Corte, razão pela qual há a necessidade de alteração do regramento disposto no edital, com exclusão da exigência de **atestado único** com 50% do acervo exigido, consoante alínea “b.2 – da empresa” do item 6.1.4 do edital, possibilitando a **cumulação de atestados** para tal comprovação.

20. No tocante ao terceiro item (iii), percebe-se que a execução das obras ultrapassará o exercício financeiro de 2015, bem como que os recursos apresentados são suficientes apenas o atual exercício, restando necessária a previsão dos recursos remanescentes no PPA 2016/2019 e no Projeto de Lei Orçamentária de 2016, conforme determinação constitucional (art. 167, §1º, da CF/1988<sup>5</sup>).

Desta forma, em harmonia com o Corpo Técnico, VOTO no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento do edital de Concorrência nº 03/2015 – ASCAL/PRES, do Ofício nº 1.459/2015 – GAB/PRES;

II. determine à Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil – NOVACAP que, com base no art. 113, § 2º da Lei nº 8.666/93, promova as seguintes correções ao edital da Concorrência nº 03/2015 – ASCAL/PRES, relativo às impropriedades a seguir identificadas, encaminhando cópia das medidas adotadas em relação aos seguintes pontos:

a) exclua a exigência de quantitativos mínimos de área de tabuleiro nos serviços “Obra de Arte Especial (ponte ou viaduto), em estrutura mista concreto armado/metálica”, relativo aos requisitos para comprovação da qualificação técnico-profissional,

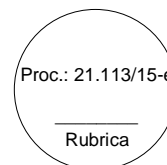
<sup>4</sup> Dos estudos preliminares dos quatro projetos (os arquivos estão associados ao processo eletrônico) extrai-se: “Em se tratando de obra a ser edificada sobre os trilhos do Metrô - DF em operação, nenhum trabalho poderá ser desenvolvido de forma a interferir com tal situação. Diante disso, o sistema não permite a execução de escoramento direto e nem apoio central, **há que se vencer todo o vão através de elementos pré-moldados, lançados pelos lados, fora da zona de operação do Metrô.**”

<sup>5</sup> CF/1988, art. 167, § 1º: “Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no plano plurianual, ou sem lei que autorize a inclusão, sob pena de crime de responsabilidade.”



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A.5



subitem 6.1.4, alínea “b.1”, do edital;

b) exclua a obrigação de atestado único com mínimo de 50% (cinquenta por cento) do acervo exigido, relativo aos requisitos para comprovação da qualificação técnico-operacional, subitem 6.1.4, alínea “b.2”, do edital;

c) faça constar do PPA Quadriênio 2016/2019 e do Projeto de Lei do Orçamento de 2016 previsão de recursos remanescentes para conclusão dessas obras;

d) alternativamente, caso o jurisdicionado opte por manter os termos originais do edital, abstendo-se de promover as medidas acima determinadas, com base no art. 198 do RITCDF, suspenda o certame, até ulterior deliberação desta Corte, encaminhando justificativas ao Tribunal no prazo de 10 (dez) dias;

**III. autorize:**

a) o envio de cópia deste Relatório/Voto e da Informação nº 209/2015 (e-DOC nº 244BA9F3-e) à jurisdicionada;

b) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para os devidos fins.

Sala das Sessões, 20 de agosto de 2015.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS — A.5

Proc.: 21.113/15-e

Rubrica